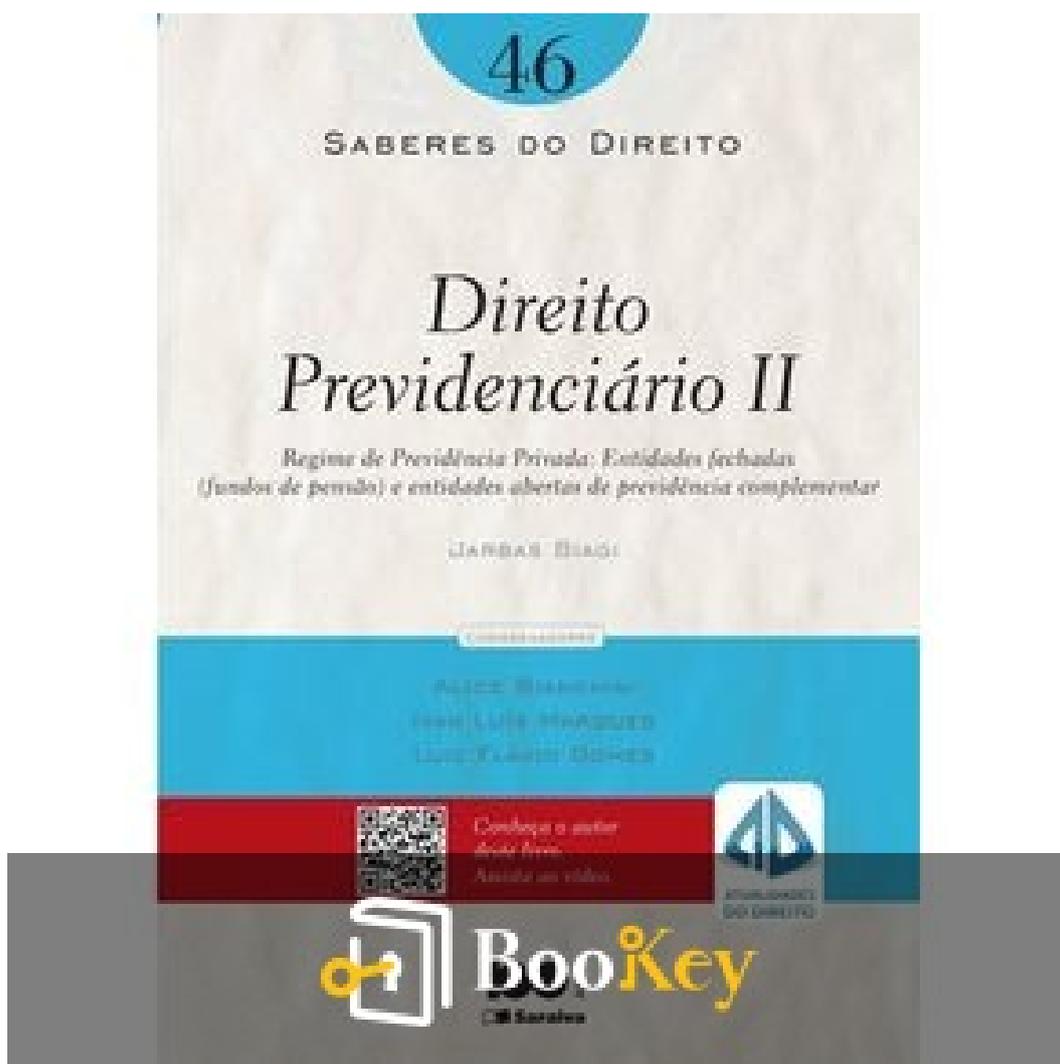


Direito Previdenciário II - 1ª Edição De 2014 PDF

JARBAS BIAGI



Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Sobre o livro

Apresentamos a Coleção Saberes do Direito, uma proposta moderna e funcional que aborda as principais áreas do curso de Direito de maneira revolucionária. Diferente das publicações tradicionais, esta coleção inovadora traz uma fusão entre o formato impresso e conteúdos interativos na internet, garantindo acesso a atualizações constantes em legislação, jurisprudência e teoria. Com textos elaborados por renomados educadores, a obra proporciona ao leitor uma imersão na realidade contemporânea do Direito, encapsulando o conceito de um livro dinâmico e sempre vivo.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Por que usar o aplicativo Bookey é melhor do que ler PDF?



Teste gratuito com Bookey



Ad



Experimente o aplicativo Bookey para ler mais de 1000 resumos dos melhores livros do mundo

Desbloqueie **1000+** títulos, **80+** tópicos

Novos títulos adicionados toda semana

Product & Brand

Liderança & Colaboração

Gerenciamento de Tempo

Relacionamento & Comunicação

Estratégia de Negócios

Criatividade

Memórias

Conheça a Si Mesmo

Psicologia

Empreendedorismo

História Mundial

Comunicação entre Pais e Filhos

Autocuidado

Mi

Visões dos melhores livros do mundo

amento
pos

Os 7 Hábitos das
Pessoas Altamente
Eficazes



Mini Hábitos



Hábitos Atômicos



O Clube das 5
da Manhã



Como Fazer Amigos
e Influenciar
Pessoas



Com
Não

Teste gratuito com Bookey





Por que o Bookey é um aplicativo indispensável para amantes de livros



Conteúdo de 30min

Quanto mais profunda e clara for a interpretação que fornecemos, melhor será sua compreensão de cada título.



Clipes de Ideias de 3min

Impulsione seu progresso.



Questionário

Verifique se você dominou o que acabou de aprender.



E mais

Várias fontes, Caminhos em andamento, Coleções...

Teste gratuito com Bookey





As melhores ideias do mundo desbloqueiam seu potencial

Essai gratuit avec Bookey



Digitalizar para baixar

Direito Previdenciário Ii - 1ª Edição De 2014 Resumo

Escrito por IdeaClips

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Quem deve ler este livro **Direito Previdenciário** **II - 1ª Edição De 2014**

O livro "DIREITO PREVIDENCIÁRIO II - 1ª EDIÇÃO DE 2014" de Jarbas Biagi é recomendado especialmente para estudantes de Direito, profissionais da área jurídica, gestores de políticas públicas e servidores que atuam no campo da previdência social. Advogados e consultores que desejam aprofundar seu conhecimento sobre as questões previdenciárias e as complexidades da legislação brasileira também encontrarão no texto um recurso valioso. Além disso, é uma leitura interessante para pesquisadores que buscam entender as práticas e os desafios do sistema previdenciário no Brasil, dado o caráter didático e analítico da obra.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Principais insights de Direito Previdenciário II - 1ª Edição De 2014 em formato de tabela

Capítulo	Tema	Resumo
1	Introdução ao Direito Previdenciário	Aborda os princípios básicos do direito previdenciário, sua importância social e econômica.
2	Seguro Social	Exploração dos conceitos de seguro social e suas características, bem como a função do Estado.
3	Regimes de Previdência Social	Diferenças entre os regimes de previdência, como o Regime Geral e Regimes Próprios.
4	Benefícios Previdenciários	Descrição dos vários tipos de benefícios, como aposentadorias, pensões e auxílios.
5	Contribuição Previdenciária	Análise da forma de contribuição dos segurados e empregadores, e suas repercussões fiscais.
6	Processo Judicial Previdenciário	Estudo dos procedimentos jurídicos e das ações relacionadas ao direito previdenciário.
7	Reformas na Previdência	Discussão sobre as principais reformas previdenciárias e suas implicações sociais.
8	Direitos dos Segurados	Elencamento dos direitos conferidos aos segurados, incluindo um foco em direitos fundamentais.



Capítulo	Tema	Resumo
9	Fiscalização e Controle da Previdência	Exame das entidades responsáveis pela fiscalização do sistema previdenciário e suas atribuições.
10	Perspectivas Futuras do Direito Previdenciário	Reflexões sobre o futuro do direito previdenciário frente aos desafios atuais.
11	Conclusão	Resumo das principais ideias abordadas ao longo do livro e considerações finais sobre o futuro do tema.



Direito Previdenciário II - 1ª Edição De 2014

Lista de capítulos resumidos

1. Introdução ao Direito Previdenciário e suas Relevâncias na Sociedade Contemporânea
2. Principais Conceitos e Princípios que Regem a Previdência Social Brasileira
3. Benefícios Previdenciários: Classificação e Requisitos Necessários para a Concessão
4. Formas de Cálculo e Concessão de Aposentadorias e Pensão por Morte
5. Aspectos Jurídicos do Regime Geral de Previdência Social e Legislação Vigente
6. Desafios e Tendências Futuras nas Políticas de Proteção Previdenciária no Brasil

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

1. Introdução ao Direito Previdenciário e suas Relevâncias na Sociedade Contemporânea

O Direito Previdenciário é uma área do Direito que se debruça sobre um dos mais relevantes pilares do Estado Social: a proteção ao trabalhador e ao cidadão em suas diversas facetas de risco e vulnerabilidade. Na sociedade contemporânea, marcada por profundas transformações econômicas, sociais e demográficas, este ramo jurídico se revela fundamental para a garantia de direitos sociais e a promoção da dignidade humana.

A Previdência Social, segundo os princípios constitucionais, busca a proteção contra a perda ou a redução da capacidade de gerar renda, por meio de um sistema que oferece seguros e benefícios em situações como aposentadoria, invalidez e pensão por morte. Deste modo, o Direito Previdenciário não atua apenas na esfera da proteção social, mas também desempenha um papel crucial na estabilidade econômica, contribuindo para a segurança dos indivíduos e suas famílias.

O aumento da expectativa de vida da população, aliado à dinâmica do mercado de trabalho e ao modificado perfil demográfico – como o envelhecimento da população e a informalidade crescente – impõe desafios significativos ao sistema previdenciário. Assim, a discussão acerca da previdência social se torna cada vez mais pertinente, envolvendo tanto políticas públicas quanto direitos individuais, sendo cada vez mais essencial



que os cidadãos compreendam seus direitos e deveres nesse contexto.

Além disso, a relevância do Direito Previdenciário na sociedade contemporânea se estende à proteção de grupos vulneráveis, como trabalhadores autônomos, desempregados e mulheres, que frequentemente se deparam com condições de trabalho precárias e falta de segurança. Portanto, a legislação previdenciária deve ser continuamente revista e adaptada para atender às novas demandas sociais, garantindo inclusão e equidade.

O Direito Previdenciário, ao abranger não apenas a saúde e a manutenção da renda, mas também aspectos sociais e econômicos, solidifica sua importância como um instrumento de justiça e inclusão social. É imprescindível que a sociedade, em suas diversas esferas, dialogue sobre a importância de um sistema previdenciário robusto e funcional, que não só se preocupe em amparar os indivíduos diante das adversidades, mas que também promova a participação ativa do cidadão na construção de seu próprio futuro.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

2. Principais Conceitos e Princípios que Regem a Previdência Social Brasileira

A Previdência Social Brasileira é estruturada sobre bases conceituais e princípios fundamentais que garantem a sua efetividade e legitimidade. Entre os conceitos essenciais, destaca-se a proteção social, que abrange um conjunto de políticas públicas destinadas a assegurar direitos e garantir condições mínimas de dignidade a todos os cidadãos, principalmente em situações de vulnerabilidade, como doença, idade avançada ou perda de sustento.

Outro conceito relevante é o de filiação, que associa os segurados ao sistema previdenciário. O vínculo da filiação pode ser obrigatório ou opcional, dependendo da categoria em que se enquadra o trabalhador, seja ele empregado, trabalhador autônomo ou rural. Essa vinculação é importante, pois garante a estes indivíduos acesso aos benefícios previdenciários previstos em lei, desde que cumpram os requisitos estabelecidos.

Os princípios que regem a Previdência Social estão profundamente alinhados aos preceitos da Constituição Federal de 1988, que estabelece a seguridade social como um direito de todos. Entre os princípios fundamentais, podemos citar a universalidade da cobertura, que busca incluir toda a população nos benefícios previdenciários, e a solidariedade, que propõe um sistema em que todos contribuem e recebem conforme suas



necessidades, independentemente do valor que tenham pago ao longo da vida.

Além disso, o princípio da equidade nas contribuições se destaca, permitindo que pessoas com maiores condições econômicas contribuam mais e, conseqüentemente, tenham acesso a benefícios mais amplos. Esse princípio visa combater desigualdades e garantir um sistema mais justo e eficiente.

A acessibilidade também é um elemento central na estruturação da Previdência Social Brasileira. O acesso aos benefícios deve ser facilitado, evitando barreiras burocráticas que possam impedir que o segurado efetive seu direito. Assim, o sistema deve fomentar a transparência e a certeza dos direitos, permitindo que os trabalhadores compreendam claramente suas obrigações e benefícios.

Por fim, o princípio da irredutibilidade dos benefícios traz uma importante proteção ao segurado. Esse princípio assegura que, uma vez concedidos, os benefícios previdenciários não podem ser reduzidos, exceto em situações específicas e previamente definidas em legislação, garantindo uma estabilidade financeira ao beneficiário.

Em resumo, os conceitos e princípios que regem a Previdência Social no Brasil são fundamentais para a proteção dos direitos dos cidadãos. Eles



asseguram o funcionamento de um sistema de seguridade social que, além de atender às necessidades dos trabalhadores e suas famílias, busca promover uma sociedade mais justa e igualitária.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

3. Benefícios Previdenciários: Classificação e Requisitos Necessários para a Concessão

Os benefícios previdenciários no Brasil são instrumentos fundamentais para garantir a proteção social dos segurados e seus dependentes contra a perda de renda em diversas situações que podem comprometer sua subsistência. A classificação desses benefícios é essencial para entender as diferentes modalidades de assistência e os requisitos específicos que cada uma exige para sua concessão.

Os principais tipos de benefícios previdenciários incluem: aposentadoria, pensões por morte, auxílio-doença, salário-maternidade, e outros benefícios como o auxílio-acidente e a aposentadoria especial. Cada um desses benefícios apresenta características específicas, refletindo as necessidades variadas dos segurados.

Aposentadoria

A aposentadoria divide-se em várias modalidades, incluindo a aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição e a aposentadoria especial. Para a ****aposentadoria por idade****, os requisitos são o atingimento da idade mínima (62 anos para mulheres e 65 anos para homens), além de um tempo mínimo de contribuição ao INSS de 15 anos. A ****aposentadoria por tempo de contribuição**** exigia, até a reforma da previdência de 2019, um tempo de 30 anos para mulheres e 35 anos para homens, porém com a



introdução da regra de transição, diversos critérios foram estabelecidos para essa concessão, garantindo uma adaptação gradual das novas normas. Já na ****aposentadoria especial****, voltada para profissionais expostos a condições insalubres ou perigosas, o tempo de contribuição pode ser reduzido em relação às aposentadorias comuns, considerando a atividade exercida.

Pensão por Morte

A pensão por morte é destinada aos dependentes do segurado que faleceu, seja por causas naturais ou acidentais. Os requisitos incluem que o falecido estivesse filiado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) no momento do óbito e que a dependência seja comprovada. A qualidade de dependente pode ser reconhecida para cônjuges, companheiros, filhos e outros familiares, dependendo da legislação vigente e das condições de dependência econômica.

Auxílio-Doença

O benefício de auxílio-doença é concedido ao segurado que ficar incapacitado para o trabalho por motivo de saúde. O requerimento exige o cumprimento de carência de 12 meses de contribuições, e que a incapacidade seja comprovada por meio de laudos médicos. A incapacidade deve ser total ou parcial, temporária ou permanente, dependendo da situação apresentada.

Salário-Maternidade



O salário-maternidade é garantido às seguradas durante o período de licença maternidade e pode ser requerido por mulheres que são seguradas pelo INSS, além de adotantes. A carência para esse benefício é de 10 meses de contribuição, e tem duração de 120 dias, podendo ser prorrogada em situações excepcionais. A percepção deste benefício é fundamental para assegurar a proteção da mãe e do recém-nascido durante este período crítico.

Outros Benefícios

Dentre os outros benefícios, destacam-se o ****auxílio-acidente****, que é destinado a segurados que sofreram um acidente e que resultou em sequelas, e a ****aposentadoria por invalidez****, que é concedida ao segurado que se tornou incapaz de realizar suas atividades laborais. Para ambos os benefícios, a documentação comprobatória e a avaliação médica são essenciais.

Concluindo, a classificação dos benefícios previdenciários e os requisitos necessários para a sua concessão refletem a pluralidade de situações enfrentadas pelos segurados, assegurando proteção em momentos de vulnerabilidade. O entendimento claro dessas categorias é crucial para a orientação adequada dos direitos e deveres dos cidadãos no contexto da Previdência Social.



4. Formas de Cálculo e Concessão de Aposentadorias e Pensão por Morte

A seção sobre Formas de Cálculo e Concessão de Aposentadorias e Pensão por Morte no livro "DIREITO PREVIDENCIÁRIO II - 1ª EDIÇÃO DE 2014" de Jarbas Biagi aborda com profundidade os critérios utilizados para determinar o valor dos benefícios previdenciários pertinentes à aposentadoria e à pensão por morte.

No que diz respeito à aposentadoria, existem diversas modalidades, como a aposentadoria por tempo de contribuição, a aposentadoria por idade e a aposentadoria especial. Cada uma delas possui requisitos específicos para a concessão. O cálculo do valor da aposentadoria varia conforme a regra aplicada e leva em consideração a média das contribuições feitas ao longo da vida laboral do segurado, com a inclusão dos últimos 80% dos salários de contribuição, desde julho de 1994, para aqueles que se filiam a partir dessa data.

Um aspecto importante abordado no texto é o fator previdenciário, que é um multiplicador que pode reduzir o valor da aposentadoria para os segurados que se aposentam antes de um determinado tempo de contribuição. O cálculo do fator leva em conta a idade do segurado no momento da aposentadoria, o tempo de contribuição e a expectativa de vida, resultando em uma aposentadoria que corresponde à expectativa atuarial esperada.



Além disso, o autor examina as mudanças trazidas pela Reforma da Previdência de 2019, que trouxe novas regras de transição e alterou aspectos como a idade mínima para a aposentadoria e o tempo de contribuição, impactando diretamente os cálculos de valor dos benefícios.

Quanto à pensão por morte, o autor explica que este benefício visa proteger financeiramente os dependentes do segurado que vem a falecer. Os critérios para concessão da pensão por morte incluem a comprovação da dependência econômica, além da filiação do falecido ao Regime Geral de Previdência Social. O cálculo do valor da pensão deve considerar o salário de benefício, que é a média das contribuições do segurado, além de aplicar um coeficiente que varia de acordo com o número de dependentes, garantindo que a pensão seja justa e proporcional às necessidades dos sobreviventes.

Essa lógica de cálculo também foi afetada pela Reforma da Previdência, que introduziu alterações significativas na maneira como os benefícios são calculados, exigindo um entendimento atualizado não só das normas vigentes na época da morte do segurado, mas também das modificações que foram implementadas em termos de cálculo e valores.

Por fim, a seção enfatiza a importância da correta interpretação e aplicabilidade das leis previdenciárias para garantir o acesso a esses



benefícios, bem como a urgência da adequação das informações e processos para a população, visando a simplificação e a eficiência na concessão de aposentadorias e pensões, elementos fundamentais para a proteção social dos cidadãos brasileiros em momentos de vulnerabilidade.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5. Aspectos Jurídicos do Regime Geral de Previdência Social e Legislação Vigente

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) constitui a base do sistema previdenciário brasileiro, sendo regulado principalmente pela Lei nº 8.212/1991 e pela Lei nº 8.213/1991. Essas legislações estabelecem um arcabouço jurídico que busca garantir a proteção social aos trabalhadores em uma série de situações que possam comprometer sua capacidade de renda, tais como aposentadoria, invalidez e pensão por morte.

As normas que regem o RGPS são fundamentadas na Constituição Federal de 1988, particularmente em seus artigos 194 a 204, que delineiam a seguridade social como um conjunto integrado de ações voltadas para a saúde, a previdência e a assistência social. Este modelo introduziu a noção de que a previdência social deve ser uma responsabilidade do Estado, visando um direito social à proteção.

Dentre os principais aspectos jurídicos do RGPS, destaca-se o financiamento do sistema, dividido entre contribuições dos trabalhadores, dos empregadores e do próprio governo. O artigo 201 da Constituição Federal estabelece que a contribuição é obrigatória para todos os segurados, assegurando a equidade entre os que ingressam no sistema e aqueles que eventualmente se beneficiarão dele. A legislação, então, determina as alíquotas de contribuição e as categorias de segurados, que incluem os



empregados, os trabalhadores avulsos e os segurados especiais.

Ainda no âmbito jurídico, merece destaque os direitos e deveres dos segurados e da administração pública. O segurado tem o direito de receber os benefícios a que faz jus, além de ter acesso à informação clara sobre seus direitos. A administração, por sua vez, tem o dever de gerenciar os recursos previdenciários de forma transparente e eficiente, evitando fraudes e garantindo que os benefícios sejam concedidos aos que realmente têm direito.

Outro aspecto importante diz respeito à revisão e a concessão de benefícios. A legislação prevê várias situações que podem levar à reavaliação do valor e do tempo de recebimento dos benefícios, o que requer um procedimento administrativo claro e fundamentado, garantindo ao segurado o direito ao contraditório e à ampla defesa. O fundamento jurídico para tais práticas encontra-se em garantias constitucionais que asseguram a proteção aos direitos dos cidadãos.

Além disso, o RGPS deverá estar sempre em consonância com as inovações tecnológicas e as necessidades da população. Isso se torna evidente ao observar as recentes reformas e alterações nas leis previdenciárias, que visam modernizar o sistema e adequá-lo às novas realidades sociais e econômicas.



Assim, os aspectos jurídicos do RGPS e a legislação vigente são cruciais para a manutenção de um sistema justo, que atenda as demandas dos segurados de forma equilibrada e eficiente, refletindo as transformações da sociedade e as fases econômicas do país, sendo imperativo que a legislação continue a evoluir em resposta a essas demandas.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

6. Desafios e Tendências Futuras nas Políticas de Proteção Previdenciária no Brasil

As políticas de proteção previdenciária no Brasil enfrentam uma série de desafios que exigem uma reflexão profunda e a busca por soluções inovadoras. Dentre esses desafios, destaca-se a necessidade de garantir a sustentabilidade financeira do sistema previdenciário, que é uma preocupação latente diante do envelhecimento da população e da crescente demanda por benefícios. A discrepância entre a quantidade de contribuintes ativos e o número de aposentados tem gerado um impacto significativo nas receitas e despesas da Previdência e, assim, a manutenção do equilíbrio financeiro é um dos principais desafios que os gestores públicos e a sociedade precisam enfrentar nos próximos anos.

Além da sustentabilidade financeira, a formalização do trabalho e a inclusão social se apresentam como outras questões prementes. O Brasil ainda lida com elevados índices de trabalho informal, que torna difícil o acesso à proteção previdenciária para uma parte significativa da população. Em vista disso, é imperativo desenvolver políticas que incentivem a formalização e a inclusão de trabalhadores informais no sistema previdenciário, proporcionando a eles acesso a benefícios que garantam a dignidade e a segurança social.

Outro desafio importante é a adequação do sistema aos novos arranjos



ocupacionais que emergem com a evolução do mercado de trabalho. As novas formas de trabalho, como o emprego intermitente, o teletrabalho e as profissões emergentes, demandam uma revisão das legislações previdenciárias para assegurar que todos os trabalhadores, independentemente de suas modalidades contratuais, tenham garantidos os seus direitos previdenciários.

A modernização e a digitalização dos serviços previdenciários também se destacam como tendência futura. A implementação de sistemas eletrônicos para facilitar o acesso aos serviços e a realização de consultas, requerimentos e acompanhamentos de benefícios de forma virtual pode otimizar a experiência do usuário e tornar o sistema mais ágil e eficiente. Tal digitalização deve ser acompanhada de iniciativas de educação previdenciária, visando capacitar a população sobre a importância da previdência social e os direitos que possuem.

Por fim, as políticas de proteção previdenciária no Brasil devem olhar para o futuro em uma perspectiva de equidade e justiça social. Isso implica em garantir benefícios adequados, levando em consideração as diferenças regionais e sociais, além da promoção de programas que fomentem a emancipação econômica e a autonomia dos beneficiários. A promoção de uma cultura previdenciária que valorize a contribuição de todos é fundamental para assegurar uma sociedade mais justa e igualitária.



Em conclusão, os próximos anos exigirão uma articulação entre diferentes esferas de governo, sociedade civil e setor privado, buscando não apenas enfrentar os desafios existentes, mas também construir um sistema previdenciário que seja inclusivo, eficiente e capaz de atender às necessidades da população brasileira em constante transformação.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5 citações chave de Direito Previdenciário II - 1ª Edição De 2014

1. "A previdência social é um direito fundamental que visa garantir a proteção e a dignidade dos segurados em situações de vulnerabilidade."
2. "A reforma previdenciária deve ser analisada com cautela, considerando sempre o impacto social e as necessidades da população."
3. "O financiamento da previdência é um tema central que exige transparência e responsabilidade por parte do Estado."
4. "O papel do advogado previdenciário é essencial para assegurar que os direitos dos segurados sejam respeitados e efetivados."
5. "Os princípios da continuidade e da universalidade são basilares na construção de um sistema previdenciário justo e equitativo."





Digitalizar para baixar



Bookey APP

Mais de 1000 resumos de livros para fortalecer sua mente

Mais de 1M de citações para motivar sua alma

Clipes de ideias de 3 minutos

Acelere seu progresso

Evitar Críticas em Relacionamentos Interpessoais

Criticar os outros apenas provoca resistência e prejudica a autoestima deles, despertando ressentimento ao invés de resolver problemas. Lembre-se de que qualquer tolo pode criticar, mas é preciso caráter e autocontrole para ser compreensivo e perdoar.

Exemplo(s) ▶

Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas

Mantenha a Sequência

Desafio de crescimento de 21 dias

Desafio de Crescimento Pessoal de 21 Dias

Meta diária: 0/5 min
Lêla ou ouça para atingir sua meta

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20

DIA 21
Obter recompensa do desafio

0 vezes
Você completou

Descobrir Biblioteca Eu

Escolha sua área de foco

Quais são seus objetivos de leitura?

Escolha de 1 a 3 objetivos

- Ser uma pessoa eficaz
- Ser um pai melhor
- Ser feliz
- Melhorar habilidades sociais
- Abrir a mente com novos conheci...
- Ganhar mais dinheiro
- Ser saudável

Continuar